



A Santa Sé

PAPA PAULO VI

AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 17 de Março de 1971

A penitência corrige e reabilita

Rectificar o caminho da nossa vida constitui uma das principais solitudes da Igreja como Mestra da nossa acção, principalmente no período que precede a Páscoa. E a Igreja demonstra-o por meio da disciplina, que submete as nossas consciências a uma reflexão e a uma consequente revisão do nosso comportamento.

A vida deve ter uma orientação, deve ter um pólo directivo, que, afinal e primariamente, é Deus, para o Qual Cristo nos guia e ao Qual nos une. Deve ter um estilo, uma perfeição que se torna amada e ao mesmo tempo exigente, quando reconhecemos a definição do nosso ser e do nosso destino. Quem recebeu uma educação musical e se sente atraído pela música não pode tolerar qualquer desafinação. O Concílio diz que « todos na Igreja são chamados à santidade » (*Lumen Gentium*, 39).

Este comportamento deve ser uma das normas fundamentais da nossa personalidade. O homem deve ser bom, recto, justo, ou seja, moralmente honesto. Se reflectirmos, advertiremos um dos mais importantes problemas, que invade, pode-se dizer, todas as consciências e domina os costumes do mundo em que vivemos. Referimo-nos ao problema da nossa liberdade pessoal.

Hoje, raramente se pode encontrar quem negue a liberdade, em nome de um determinismo psicológico, que pretende fazer do homem um autómato. A análise dos impulsos instintivos e dos estados psicológicos que influem na actividade humana está numa fase de franco progresso, embora nem sempre possa ser admitida. Mas ninguém nega que o homem, em condições normais, interiormente é o árbitro de si mesmo, ou, por outras palavras, é livre. O próprio

existencialismo, especialmente nas suas manifestações literárias e artísticas, chega a afirmações extremas como esta: «... eu sou um homem; ora, cada homem deve inventar o próprio caminho... O homem deve-se empenhar na realização da sua vida, deve desenhar a própria figura. Fora desta figura, não existe nada » (J. M. Aubert, citando J. P. Sartre, na monografia: *Pour une redécouverte du sens du péché*).

Podemos concordar com este pensamento, se afirmarmos e reivindicarmos, quando for necessário, a liberdade própria do homem. Mas, de que liberdade se trata? Da liberdade física, da liberdade da vontade humana, considerada em si mesma. Ela é uma prerrogativa que faz com que o homem seja a « causa de si mesmo », o senhor das próprias opções e das próprias acções, e que projecta na sua face um reflexo da imagem divina.

Mas a liberdade, se observarmos bem, possui vínculos interiores, que são os da verdade. Não somos livres de violar as leis do pensamento, sem que a nossa própria pessoa fique, por este facto, deformada. É a vontade que é livre, não a inteligência, que é orientada, por sua própria natureza, para a verdade. Ora, sucede que, no dinamismo interior da actividade humana, a inteligência propõe à vontade uma verdade, que, de especulativa, se torna prática, se torna « dever », um dever que vincula moralmente, mas não fisicamente, porque não é uma coacção. E a vontade pode anuir ou recusar-se a conformar a sua opção com o imperativo da inteligência. No primeiro caso, então, temos a ordem, a grandeza e a beleza do organismo espiritual e vital do homem. No segundo, temos a desordem, ou seja, o dissídio dentro do homem, que o deturpa e, depois, o perturba, aflige, desorienta, degrada e arrasta à loucura ou ao desprezo de si mesmo.

Prestai atenção! Se a verdade proposta à vontade livre fosse, por acaso, como geralmente acontece, derivada de um pensamento imperativo estranho e superior ao sujeito humano, ou seja, se fosse uma lei, a rejeição voluntária desta verdade produziria uma desordem que supera o mesmo sujeito humano, e, assim, teríamos uma transgressão, uma culpa, que atinge o legislador. Tratando-se de uma lei civil, temos uma culpa social, que a autoridade civil julga e, se crê necessário, pune. E aqui detém-se, hoje, ordinariamente, o juízo moral da esfera secular.

Mas, se a lei em questão fosse divina? A ofensa, produzida pela transgressão, seria dirigida contra o Autor da lei divina. Seria uma monstruosidade se a transgressão fosse consciente e deliberada e se referisse a questões sérias e importantes. Neste caso, teríamos uma culpa grave, um pecado.

Que palavra terrível! Que drama tremendo! Que ruína fatal! A Igreja nunca deixou de empregar esta palavra, que atinge, como herança, a própria natureza humana, declarando-a ferida por uma desgraça que se abate sobre ela, sem culpa pessoal, mas como fatal infelicidade. Trata-se do pecado original. Quando o pecado é consciente e deliberado, revela uma responsabilidade pessoal. É uma doutrina que todos conhecem, mas, hoje, vítimas de uma secularização que é limite de si mesma, procuram esquecer. Sobre este ponto falámos doutra vez (cfr. *Insegnamenti*

di Paolo VI, II, 1964, pp. 1171 ss.).

Já não se fala de pecado, porque esta tristíssima e realíssima condição de homem pecador implica a ideia de Deus, a ideia da ofensa feita a Deus, a advertência da ruptura da relação vivificante e real com Ele, a consciência de uma desordem intolerável no homem delinquente, o terror da sanção conexas com o pecado, a reprobção eterna, o inferno, e também a necessidade absoluta da salvação, ou melhor, do Salvador.

Se a fé diminui, simultâneamente diminui o sentido do pecado com o de todas as suas desastrosas consequências. Podemos dizer, praticamente, que desmorona todo o castelo moral do cristianismo. A realidade, porém, permanece. A falta de fé não destrói o plano divino em que se desenrola a nossa vida. Pode alterar as consequências que este plano divino determina para o nosso destino, agravando-as se a fé tiver sido rejeitada ou extinta, por responsabilidade deliberada, ou confiando-as ao mistério da bondade de Deus, se tiver sido ignorada sem culpa. Mas, repetimos, o plano real de Deus, que abrange o nosso ser, permanece, constituindo um absoluto, uma necessidade, à qual não podemos fugir.

Não podemos fugir a este plano, de um certo modo, mesmo como simples homens, porque a lei divina, nalgumas das suas impreteríveis exigências, fala no coração de cada homem consciente, com a lógica do direito natural e com o imperativo da obrigação moral. Não lhe podemos fugir, como cristãos, a quem foi dada a luz da doutrina do Evangelho, na qual o pecado e a redenção estão intimamente unidos, de modo que não os podemos esquecer.

Devemos pensar. Irmãos e Filhos caríssimos, no significado profundo e global da nossa existência no tempo. Ela é uma prova, um exame. Infeliz de quem erra! Infeliz de quem não a realiza! Está em jogo um destino eterno, de bem-aventurança ou de condenação. Esta é a razão da ordem moral, da rectidão da nossa actividade. Esta é a sabedoria do exame de consciência. Este é o sentido salutar do bem e do mal, da honestidade e do pecado. Esta é a necessidade premente de Cristo Salvador. Esta é a providência da cruz, instrumento da nossa salvação e sinal de um misterioso amor infinito. Esta é a sabedoria da penitência que expia, corrige e reabilita. Esta é a felicidade do sacramento da penitência, da confissão, verdadeira celebração, nas almas humildes e sinceras, do mistério pascal, da nossa ressurreição. Que ninguém fique estranho a esta graça tão grande e excluído desta felicidade imensa.

Damo-vos a nossa Bênção Apostólica.
